

## REFLETINDO SOBRE FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR E INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Kátia Cilene Lopes dos Santos <sup>1</sup>

Amanda Ferreira Barbosa <sup>2</sup>

Luzia Débora F. de L. Barbosa <sup>3</sup>

Orientadora: Ana Lúcia Vendel <sup>4</sup>

A escolarização de alunos com deficiência intelectual faz parte do processo de inclusão escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial (Deficiências, Transtorno do Espectro Autista, Altas Habilidades e Superdotação), resultante de avanços legais e atitudinais, ocorridos no mundo e no Brasil, que tiveram início na década de 90. No entanto, a inserção desses alunos nas escolas regulares não é garantia de uma aprendizagem efetiva dos conhecimentos escolares. Em se tratando dos alunos com deficiência intelectual, diversas são as dificuldades encontradas pelos professores, para estabelecer o que deve ser ensinado a estes estudantes, como também, o que pode ser aprendido por eles. De maneira que a principal barreira diz respeito à flexibilização do currículo escolar para estes estudantes, de forma a promover uma efetiva aprendizagem. Desse modo, este estudo visa discutir as reais dificuldades encontradas pelos docentes no processo de flexibilização do currículo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica do tipo qualitativa, com base no método dialético, visando à reflexão acerca das ideias e teorias acessadas. Este estudo aponta que apesar de todas as transformações legais ocorridas no país, o processo de aprendizagem para os alunos com deficiência intelectual ainda não é uma realidade corriqueira, sendo necessárias transformações nos ambientes escolares, para que os mesmos se tornem mais inclusivos e para que adaptações curriculares embasadas e bem elaboradas sejam acessíveis a todos os estudantes com dificuldades de aprendizagem, com e sem deficiência.

**Palavras-chave:** Deficiência Intelectual, Educação Inclusiva, Escolarização, Currículo Adaptado.

---

<sup>1</sup>Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva, PROFEI da Universidade Estadual - PB, [katiaclopes@hotmail.com](mailto:katiaclopes@hotmail.com);

<sup>2</sup>Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva, PROFEI da Universidade Estadual da Paraíba, [amandaferreirabarbosa0@gmail.com](mailto:amandaferreirabarbosa0@gmail.com);

<sup>3</sup>Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva, PROFEI da Universidade Estadual da Paraíba; [debora.barbosa.uepb.t4@gmail.com](mailto:debora.barbosa.uepb.t4@gmail.com)

<sup>4</sup>Professora Orientadora, doutora PDA-C-DE da Universidade Estadual da Paraíba - PB, [analuciavendel@servidor.uepb.edu.br](mailto:analuciavendel@servidor.uepb.edu.br)

## INTRODUÇÃO

A inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais específicas, passou por significativos avanços, tanto nos seus aspectos legais, quanto nos atitudinais, a partir da década de 90, no Brasil e no mundo. Mudanças essas que coincidem com política de universalização de escolaridade do Ensino Fundamental baseadas nas transformações ocorridas em diferentes países.

É importante considerar que a educação, durante muito tempo na história, foi considerada um direito de poucos e a escola, apesar de se constituir uma instituição social, não atendia a toda a sociedade, nesse cenário ficavam fora do sistema educacional, os economicamente menos favorecidos como também, as pessoas com deficiência. Isso começa a mudar, no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988 que garante a educação como um direito de todos (artigo 205), mudando parte dessa realidade (Herdero, 2010).

No contexto internacional, aconteceram diversos movimentos em defesa de uma educação com igualdade de condições para todos. Nesse contexto, podemos citar a “Conferência Mundial sobre a Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”, em Jomtien, Tailândia, em 1990, que resultou na “Declaração de Educação para Todos”, sendo o Brasil um dos seus signatários; em 1994, Conferência Mundial em Salamanca, sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade, que deu origem à Declaração de Salamanca; em 1999 a Convenção da Guatemala e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências (Brasil, 2008). Estes movimentos fortaleceram o discurso em prol dos direitos sociais e educacionais, para as pessoas excluídas na sociedade, entre estas, as pessoas com necessidades educacionais especiais, termo usado na época, em decorrência de deficiências e outras condições atípicas do desenvolvimento (Kassar, 2011; Plersch, 2014).

Apesar dos movimentos, para discutir as condições da inclusão escolar, percebe-se que as pessoas com DI, nem sempre têm a aprendizagem assegurada. Nesse processo de escolarização, há diversas dificuldades, encontradas pelos professores, em promover, na prática, o acesso desse aluno ao currículo comum. Acreditamos ser dificuldade de flexibilização do currículo a principal barreira para a efetiva aprendizagem destes estudantes. De modo que o objetivo desta abordagem é elencar e refletir sobre as reais dificuldades encontradas pelos docentes no processo de flexibilização do currículo escolar.

Para tanto, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica do tipo qualitativa, com base no método dialético, visando a discursão das ideias e teorias acessadas. Em que foram

pesquisados estudos realizados no cenário nacional que apontavam para essa reflexão. Essa pesquisa revela que o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual ainda não é uma realidade corriqueira, e que apesar das transformações no âmbito da legislação, faz-se necessário transformações nos ambientes escolares, no sentido de que eles sejam verdadeiramente mais inclusivos, assim como adaptações curriculares embasadas e bem elaboradas sejam acessíveis a todos os estudantes com dificuldades de aprendizagem, com e sem deficiência.

### **DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO**

No cenário nacional muitas transformações ocorreram na legislação para fornecer condições para que a inclusão escolar aconteça de forma efetiva, a começar pela Constituição Federal de 1988 que, no artigo 206, garante a igualdade de condições para acesso e permanência de todos os alunos. Sobre esse aspecto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Nº 9394/96), em seu artigo 59, complementa que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e uma organização específica, para atender às suas necessidades.

Por sua vez, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146/2015), em seu artigo 28, incisos II e III, incumbe ao poder público o aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantia de condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, através da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras, promovendo a inclusão plena, além de projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, como também, os demais serviços e adaptações necessários, para atender às características dos estudantes com deficiência e assim favorecer a igualdade no acesso ao currículo, de forma a promover a conquista e o exercício da autonomia desses indivíduos (BRASIL, 2015).

Em se tratando do processo de escolarização das pessoas com deficiência esse movimento pela inclusão social e educacional contribui para o combate de barreiras, sejam elas atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais, informacionais e pedagógico-curriculares e promove os direitos humanos desse grupo social, como direito à participação social, educacional, laboral, entre outros (Ferreira, 2014).

A reflexão acerca do processo de escolarização dos estudantes com deficiência intelectual, aponta para dificuldades consideráveis no processo de ensino, aprendizagem e

inclusão, possivelmente por estes apresentarem maiores barreiras cognitivas para a aprendizagem, esse aspecto torna-se ainda mais evidente e preocupante no contexto dos anos finais, caracterizado por alunos que cursam do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

A concepção de Deficiência Intelectual considerada nesse estudo é a que consiste em uma condição neurológica que afeta as habilidades intelectuais, ou seja, cognitivas. Como define a Associação Americana de Deficiências Intelectuais e de Desenvolvimento (AAIDD), em que a DI é compreendida como “incapacidade caracterizada por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, estando expresso nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Essa incapacidade tem início antes dos 18 anos de idade” (Maciel, 2016). Seguindo essa mesma ideia é possível refletir também sobre o conceito encontrado no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM V).

A deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) caracteriza-se por déficits em capacidades mentais genéricas, como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência. Os déficits resultam em prejuízos no funcionamento adaptativo, de modo que o indivíduo não consegue atingir padrões de independência pessoal e responsabilidade social em um ou mais aspectos da vida diária, incluindo comunicação, participação social, funcionamento acadêmico ou profissional e independência pessoal em casa ou na comunidade (DSM V, 2014, p. 72).

Destaca-se neste conceito, que para o diagnóstico, três critérios precisam ser preenchidos: déficits em funções intelectuais, déficits em funções adaptativas, e que o início dos déficits intelectuais e adaptativos ocorra até a idade anteriormente mencionada.

No entanto, para uma melhor compreensão sobre o processo de aprendizagem de alunos com DI, foram consideradas ideias defendidas pela concepção histórico-cultural, em que as interações sociais e culturais ocupam lugar de destaque no desenvolvimento das habilidades intelectuais das pessoas com ou sem deficiência. Numa visão sociopsicológica, a personalidade da criança com ou sem deficiência não é determinada pela deficiência ou sua ausência, mas sim por seu ambiente social e sua interação dialética consigo mesma e com os demais (Vygotsky 2022). Sendo assim, pode-se entender que o desenvolvimento e a aprendizagem são processos mediados principalmente pelas relações sociais.

Na concepção histórico-cultural, as funções propriamente humanas, atenção voluntária, memória lógica, formação de conceitos, vontade, entre outras, são sociais e não produto da biologia ou da história filogenética da espécie (Padilha, 2018). Portanto, é através da interação

que a pessoa desenvolve as habilidades superiores no campo da educação escolar. A mediação do professor e as interações com os colegas são, portanto, essenciais para o desenvolvimento das habilidades cognitivas e para o processo de aprendizagem do aluno (Padilha, 2018).

### **Flexibilização curricular e aprendizagem dos alunos com DI**

É importante considerar que o respeito às diferenças e à diversidade humana está diretamente relacionado a permanência do aluno com deficiência na escola e sua aprendizagem, sendo este um dos pressupostos para uma inclusão efetiva. O caminho para o desenvolvimento de escolas que produzem menos injustiça social e iniquidade, consiste na presença de um currículo que se comprometa com a valorização da diversidade, o respeito à diferença e a promoção dos direitos humanos (Ferreira, 2014).

Sobre essa diversidade, considerando os alunos com deficiência intelectual, por não apresentarem o nível intelectual dos demais, precisam de atenção individualizada da escola, que deveria oferecer, atividades capazes de promover o avanço no domínio progressivo das funções mentais elaboradas e desse modo o currículo escolar poderia lhe fazer algum sentido. Segundo os autores, por esta razão as características cognitivas precisam ser consideradas, do contrário a escola não consegue cumprir o objetivo de permitir aos alunos com DI o desenvolvimento cognitivo e social almejado (Bezerra e Araújo, 2011).

Nesse sentido segundo Honorato, Pereira, Pereira (2024), o currículo não é algo fixo, imutável ou objetivo, consiste em uma construção social e histórica, que também pode ser desconstruída e ele não é neutro. Para os autores, ao dar importância à diferença na formação dos indivíduos e na produção dos saberes, são reconhecidas as diferenças e diversidades culturais e questionadas as bases teóricas e políticas do currículo, as quais muitas vezes, reforçam exclusões e hierarquias por estarem relacionadas a concepções de poder e verdade.

Sobre o processo de inclusão dos alunos com deficiência, Heredero (2020) afirma que os currículos inflexíveis, pensados para todos, tornam-se barreiras para aprendizagem dos alunos que têm formas diferentes de aprendizagem. Segundo o autor, os extremos - alunos superdotados e com deficiência - são os mais vulneráveis nesse contexto, já que os currículos pensados para média imaginária dos estudantes não consideram a variabilidade e a diversidade existente entre eles. Sendo, portanto, imprescindível o reconhecimento de que cada aluno apresenta uma forma e um ritmo próprio de aprender. Sendo assim, “respeitar a individualidade de todas as pessoas significa dar oportunidades para todos aprenderem os mesmos conteúdos, fazendo as adequações necessárias do currículo” (Heredero, 2010).

Nesse sentido, sobre a flexibilização, também se deve considerar que os pressupostos da concepção histórico-cultural coincidem com o estabelecido na legislação brasileira, pois se compreende que, para que ocorra o desenvolvimento da pessoa com deficiência, são necessárias ações educativas que promovam o contato com a cultura, através de mediações e interações sociais. Vygotsky já preconizava a ideia de que a deficiência leva a criança a desenvolver caminhos alternativos, que não são os naturais para compensar suas dificuldades:

Por outro lado, exatamente porque o defeito produz obstáculos e dificuldades no desenvolvimento e rompe o equilíbrio normal, ele serve de estímulo ao desenvolvimento de caminhos alternativos de adaptação, indiretos, os quais substituem ou superpõem funções que buscam compensar a deficiência e conduzir todo o sistema de equilíbrio rompido a uma nova ordem (VYGOTSKY, 2011).

Portanto, na escolarização, devemos considerar que as estratégias pedagógicas de aprendizagem de alunos com DI representam caminhos alternativos. Os quais necessitam de técnicas, métodos, formas, abordagens, estratégias especiais de instrumentos e signos culturais adaptados, ou seja, caminhos alternativos para a apropriação do conhecimento histórico e cultural (Noronha; Silva; Shimazaki, 2023).

Diante deste contexto, apresenta-se, então, a preocupação em oferecer ao aluno com DI, acesso ao currículo comum. Para Heredero (2010) esse acesso é proporcionado pelas adaptações curriculares, que consistem no “conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologia para atender às diferenças individuais dos alunos”.

Um currículo comum acessível é essencial para que o aluno com DI possa desenvolver suas habilidades. Isso remete ao conceito de flexibilização em que o currículo deve ser flexível a todos e não modificado e as flexibilizações são pautadas nas adaptações realizadas, pelo professor e pela escola, para que todos tenham acesso ao currículo comum, o qual consiste em um direito de todos (Fonseca; Capellini; Junior, 2010). Diferente desse conceito, a adaptação consiste na modificação do currículo para aqueles estudantes que não têm acesso ao currículo comum (Fonseca; Capellini; Junior, *op. cit.*).

## **METODOLOGIA**

A metodologia desse estudo, consistiu em uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada no que afirmam Deslandes, Gomes, Minayo (2015), de que a pesquisa

qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, sendo estes fenômenos humanos parte da realidade social, e assim a finalidade dessa pesquisa bibliográfica foi buscar informações em diferentes textos, citações e informações já publicadas de diferentes autores, acerca das dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de flexibilização curricular para alunos com DI, bem como sua inclusão escolar.

No percurso metodológico recorreu-se a fontes como: o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, o Portal de Periódicos da Capes e o Google Acadêmico. Na pesquisa, foram usados os termos Deficiência Intelectual, Flexibilização Curricular, Anos Finais em língua portuguesa. Os textos selecionados foram aqueles que tratavam de pesquisas acerca da prática pedagógica com alunos com deficiência intelectual, sendo caracterizadas como pesquisas de campo ou bibliográficas, foram analisadas a partir de uma leitura detalhada e são aqui discutidos os seus os resultados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse estudo demonstrou que os avanços na legislação brasileira das últimas décadas, tem impulsionado a inclusão de pessoas com deficiências nos ambientes de convivência sociais e educacionais, promovendo transformações na forma dessas pessoas viverem na sociedade. Para Ferreira (2014), esse movimento pela inclusão social e educacional contribui para o combate de barreiras (atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais, informacionais e pedagógico-curriculares) e promove os direitos humanos desse grupo social, como direito à participação social, educacional, laboral, entre outros.

Ao todo, foram selecionados 12 textos, dos quais estes cinco foram excluídos por não tratarem de questões referentes às dificuldades dos professores. Todos os sete estudos selecionados abordavam a prática pedagógica com alunos com deficiência intelectual, sendo seis artigos e uma dissertação, os quais foram analisados a partir de uma leitura detalhada e são apresentados no quadro abaixo.

Quadro 1. Distribuição das publicações analisadas após aplicação de filtro:

<b>Título/categoria</b>	<b>Autores/ano</b>	<b>Objetivo</b>
Pedagogia das possibilidades: é possível um currículo para a diversidade nas escolas brasileiras.  Artigo	Ferreira, 2013	Apresentar reflexão sobre um currículo para a diversidade e para o direito de todos/as os estudantes por meio da Pedagogia das Possibilidades



Flexibilização curricular e seus reflexos na prática e no ambiente escolar para a educação inclusiva  Artigo	Santos e Cruz (2022)	Analisar a adaptação ou flexibilização curricular nas práticas pedagógicas para o acesso e aprendizagem de alunos/as, público-alvo da Educação Especial, a partir de análises de documentos norteadores da educação inclusiva e do Projeto Político Pedagógico
Adaptação curricular para alunos com Deficiência intelectual no relato dos professores das escolas estaduais paulistas  Artigo	Guadagnini e Duarte (2015)	Analisar o relato dos professores da sala regular e da Educação Especial, em relação à adaptação curricular para os alunos com deficiência intelectual
Análise de subsídios essenciais ao processo de inclusão escolar de alunos com deficiência  Artigo	Brite e Gerk (2017)	Apresentar sugestões para o aprimoramento do processo de inclusão escolar de alunos com deficiência em classes comuns
Escolarização de pessoas com deficiência intelectual e o ensino de matemática: temáticas emergentes para a formação docente na perspectiva da educação inclusiva  Artigo	Haas e Gechelin, (2021)	Analisar como está ocorrendo o ensino de Matemática para estudantes com deficiência intelectual nos Anos Finais do Ensino Fundamental e uma escola da Rede Municipal de Caxias do Sul, RS
Desafios na prática educativa na educação básica: concepções dos professores sobre a inclusão de alunos com deficiência intelectual  Artigo	Santos, Neto e Souza (2022)	Investigar quais são as dificuldades e desafios enfrentados pelos professores nos Anos Finais do Ensino Fundamental com relação ao processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual.
Escolarização do aluno com deficiência intelectual: escolha de caminhos pedagógicos  Dissertação	Santos, (2018)	Investigar as estratégias de ensino adotadas por professores do ensino fundamental I de uma rede municipal do litoral norte paulista que teve em suas turmas alunos com deficiência intelectual.

Apesar desta aprimorada legislação, estudos como o de Santos e Cruz (2022), acerca da adaptação ou flexibilização, constata que, na prática, a inserção de alunos com deficiência em escolas regulares não lhes assegura a aprendizagem. Sendo assim necessário analisar o contexto atual em que se encontra o processo de inclusão desses alunos.

Nesse sentido, diferentes estudos demonstram certo distanciamento entre os avanços nas concepções teóricas e na legislação e a inclusão efetiva dos estudantes com DI, a exemplo, Guadagnini e Duarte (2015) abordam a adaptação curricular para alunos com DI no estado de São Paulo e afirmam que a maioria dos professores não faziam adaptações curriculares e quando faziam baseavam-se na diferenciação de materiais e metodologias de ensino, este estudo aponta claramente para o fato de que os professores apresentam dificuldade de entender o conceito de currículo adaptado e como proceder em relação a ele, apesar de compreenderem a importância da adaptação curricular.

Ao estudar adaptações curriculares, Brite e Gerk (2017) apontam o que os professores participantes da pesquisa relataram como dificuldades do processo:

... a falta de tempo para planejamento; a necessidade de ajuda de um profissional especializado; a preocupação excessiva por parte da escola com resultados em detrimento do processo ensino-aprendizagem; a falta de interesse da escola na adaptação curricular dos alunos ditos “normais”; a mudança de escola por parte do aluno, o que requer nova adaptação; a falta constante dos alunos com deficiência devido a sua baixa imunidade; a falta de articulação entre os professores; a falta de interesse da Secretaria de Educação em formar os professores para que eles possam dar conta da adaptação curricular; a falta de laudo da deficiência para a promoção da adaptação curricular; a necessidade do professor ter que pesquisar por conta própria, pois não existe nenhuma estrutura para receber o aluno especial; a dificuldade de trabalhar sozinho com esse aluno e com mais um tanto de outros alunos em turmas superlotadas (Brite e Gerk, 2017).

Por sua vez, Haas e Gechelin (2021), estudaram a escolarização de pessoas com deficiência intelectual e o ensino de matemática, e relatam que o entendimento das professoras sobre a deficiência intelectual ainda é superficial, pois o foco principal remete-se às dificuldades que surgem com a deficiência, o que leva à manutenção da prática de adaptação curricular como simplificação e redução de conteúdos, quando determinados conteúdos são suprimidos, permanecendo apenas os conceitos básicos da matemática e assim os alunos apenas deixam de ter acesso aos conceitos necessários da disciplina. Ainda nesse contexto os estudos de Santos, Neto e Souza (2022), acerca das dificuldades e desafios enfrentados pelos professores nos Anos Finais do Ensino Fundamental com relação ao processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual, relatam que os professores apresentam como dificuldades: a falta de recursos materiais; dificuldade em planejar aulas; na utilização de recursos especiais; dificuldade de ensinar; problemas em comunicação; o não conhecimento das Necessidades Educacionais Especiais (NEE); e por último a falta de tempo necessário para destinar ao aluno.

Outro estudo sobre o tema, evidenciou que alguns dos professores têm uma concepção médica muito arraigada, em que os laudos e a possibilidade da medicação são fatores importantes para delimitar sua atuação (Santos, 2018). Já em relação ao currículo adaptado, a autora aponta que os professores suprimem conteúdos, julgam desnecessários, não significativos ou muito complexos para alunos com deficiência. Nesta mesma linha, há professores que adaptam o mesmo conteúdo considerando a especificidade do seu aluno, nesse estudo um professor trabalhou interdisciplinarmente com a turma facilitando a compreensão do conteúdo promovendo a experiência significativa para todos os alunos. Segundo a pesquisadora esses achados levaram a repensar as abordagens oferecidas ao aluno com deficiência intelectual, e que o problema reside nas estratégias que o professor proporá para que determinado conteúdo faça sentido para os alunos com deficiência (SANTOS, 2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho foi motivada pelo desejo de analisar estudos brasileiros que tratam da escolarização de alunos com deficiência intelectual, na perspectiva da flexibilização curricular, como facilitadora no processo de inclusão destes alunos na escola regular. Através de artigos científicos que abordam o tema, percebeu-se que a legislação garante a educação para todos e com condições que atendam as necessidades dos alunos com deficiência, no entanto na prática a aprendizagem destes alunos não é uma realidade satisfatória.

Quando se analisa o contexto dos alunos com deficiência intelectual, esse quadro aponta para dificuldades específicas, por parte das escolas e dos professores, sendo apresentadas, pelos próprios docentes, dificuldades que abrangem desde a formação preliminar e continuada, a escassez de material, tempo para planejamento, número de alunos por turma, entre outras.

As pesquisas demonstram que a reflexão sobre a prática pedagógica com esses alunos, apresenta questões como a compreensão da deficiência como algo inerente ao aluno, focando em suas limitações em detrimento de suas possibilidades e especificidades, esta concepção representa uma barreira no processo de flexibilização curricular, o que conduz a muitas práticas docentes equivocadas. Os estudos demonstram que, muitas vezes, a flexibilização curricular consiste na simplificação e eliminação de conteúdos que os professores consideram menos necessários e/ou mais complexos.

Conclui-se que é premente um aprimoramento e a aplicação de políticas públicas que englobem a formação docente, como também, as condições das escolas em termos de recursos pedagógicos, flexibilização curricular, carga horária do professor e número de alunos por turma. Portanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que as escolas possam promover a inclusão escolar de modo que ela conduza, efetivamente, a aprendizagem dos alunos com DI. Esse esforço precisa abranger todos os atores envolvidos no processo geral, tanto as instituições escolares, quanto os sistemas educacionais.

## REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. tradução Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli... [et al.], 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014

BEZERRA, G. F. ARAÚJO, D. A. C. **De volta à teoria da curvatura da vara: a deficiência intelectual na escola inclusiva**. Educação em Revista. Belo Horizonte. v.27.n.02. p.277-302. ago. 2011. Acesso em: 14 de abril de 2024. Acesso em: 03 de abril de 2024

BRITE, R. B.; GERK, E. **Análise de subsídios essenciais ao processo de inclusão escolar de alunos com deficiência**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 4., 2017, João Pessoa. Anais [...]. Paraíba: Realize, v. 1, p. 1-11, 2017. Disponível em:[https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV073\\_MD1\\_SA10\\_ID\\_3962\\_10092017114606.pdf](https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA10_ID_3962_10092017114606.pdf). Acesso em: 06 de maio de 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1988. Versão atualizada até a EC n. 132/2023.

\_\_\_\_\_. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – 7. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2021. Acesso em: 20 de dezembro de 2023.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. – 4. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. 51 p.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

FERREIRA, W. “**Pedagogia das Possibilidades’**: é possível um currículo para a diversidade nas escolas brasileiras?.” *Cadernos Cenpec| Nova série*, v. 3, n. 2, 2014. Acesso em: 04 de maio de 2024.

FONSECA, K. A., CAPELLINI, V. L. M. F. & Lopes JUNIOR, J. (2010). **Flexibilização e adaptação curricular no processo de inclusão escolar. Aprendizagem e comportamento humano**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 17-34. Acesso em: 03 de maio de 2024.

GUADAGNINI, L; DUARTE, M. **Adaptação curricular para alunos com deficiência intelectual no relato dos professores das escolas estaduais paulistas**. *Revista espaço do currículo*, v. 8, n. 3, 2015. Acesso em: 03 de janeiro de 2024

HAAS, C; GEHELIN J. “**Escolarização de pessoas com deficiência intelectual e o ensino de matemática: temáticas emergentes para a formação docente na perspectiva da educação inclusiva**.” *Revista Triângulo* 14.2 (2021): 82-98. Acesso 7 de maio de 2024

HEREDERO, E. S. **A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares** *Acta Scientiarum*. (2010): 193-208. DOI:10.4025/actascieduc.v32i2.9772. Acesso em: 10 de abril de 2024.

HEREDERO, E. S. **Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, p. 733-768, 2020. Acesso em: 03 de maio de 2024.

HONORATO, R.F..S; PEREIRA, J. R. N; PEREIRA, M, Z, C.P. “**Se tem diferença, te(re)mos problema(s)**”: diferença(s) e tensões curriculares. *Revista de Educación*, ano XV N° 31.1, 2024, pp21-38. Acesso em: 03 de maio de 2024

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. “**Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva**.” *Revista Brasileira de Educação Especial* 17 (2011): 41-58. Acesso em: 14 de abril de 2024.

MACIEL, C.S. **Deficiência intelectual e processos patológicos: historicidade conceitual e os possíveis efeitos nos processos de escolarização**. *Cadernos do Aplicação*. Porto Alegre jul./dez. 2021 v. 34 n.2. Disponível em <https://doi.org/10.22456/2595-4377.113875>. Acesso em: 12 de dezembro de 2023.

NORONHA, A. M.; SILVA, S. C. R. da; SHIMAZAKI, E. M. **A teoria histórico-cultural e a educação de pessoas com deficiência intelectual**. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v.18,2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17611>. Acesso em: 26 março de 2024.

PADILHA, M. L. **Alunos com deficiência intelectual: reflexões sobre o conceito de desenvolvimento das funções psíquicas superiores e o papel da educação escolar na perspectiva histórico-cultural da escola de Lev Vigotski.** Horizontes, v. 36, n. 3, p. 62-73, set./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v36i3.681>. Acesso em: 18 de junho de 2023.

SANTOS, M. B., & CRUZ, L. M. (2022). **Flexibilização curricular e seus reflexos na prática e no ambiente escolar para a educação inclusiva.** Revista De Estudos Em Educação E Diversidade - REED, 3(9), 1-18. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/reed.v3i9.11390>. Acesso em: 23 de março de 2023.

SANTOS, J. P., NETO, D. R. S. L., e de SOUSA, M. S. M. (2022). **Desafios na prática educativa na educação básica: Concepções dos professores sobre a inclusão de alunos com deficiência intelectual.** Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED, 3(9), 1-25, Acesso em: 04 de abril de 2024.

SANTOS, Adriana Hellen Lima dos. **Escolarização do aluno com deficiência intelectual: escolha de caminhos pedagógicos.** Dissertação (mestrado) - Orientação: Profa Dra Roseli Albino dos Santos, Departamento de Pedagogia. Universidade de Taubaté, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2018. 182pg.

VYGOTSKY, L. S. **A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal.** Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n.4, p. 861-870, dez. 2011. Tradução Denise Regina Sales, Marta Kohl de Oliveira e Priscila Nascimento Marques. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/x987G8H9nDCcvTYQWfsn4kN/?lang=pt>. Acesso em 20 de janeiro de 2024.

VYGOTSKI, Lev Semionovich **Obras Completas – Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia.** Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022.